



1 **ATA DA 478ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS**
2 **DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (AMMVI), REALIZADA NO DIA TREZE DE NOVEMBRO**
3 **DE DOIS MIL E DEZENOVE, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.**

4 Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e dezenove, às quatorze horas e trinta minutos, no
5 auditório Lino Grützmacher da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI – CNPJ
6 83.779.413/0001-43), sito à Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, CEP 89.036-200, em
7 Blumenau/SC, realizou-se a quadringentésima septuagésima oitava Assembleia Geral Ordinária da
8 AMMVI, presidida pelo presidente da entidade e prefeito de Blumenau, senhor Mário Hildebrandt, e
9 secretariada por mim, Giovana Peron. A assembleia contou com a presença do senhor Carlos Alberto
10 Peixer Vinci, secretário de Administração e Finanças de Apiúna, representando o senhor José Gerson
11 Gonçalves, prefeito do município de Apiúna; do senhor Lairton Antonio Possamai, prefeito do
12 município de Acurra; do senhor Jean Michel Grundmann, prefeito do município de Benedito Novo;
13 do senhor José Luiz Colombi, prefeito do município de Botuverá; do senhor Jonas Oscar Paegle,
14 prefeito do município de Brusque; da senhora Simoni Mercia Mesch Nones, prefeita do município de
15 Doutor Pedrinho; do senhor Matias Kohler, prefeito do município de Guabiruba; do senhor Ércio
16 Kriek, prefeito do município de Pomerode; do senhor Marildo Domingos Felippi, prefeito do
17 município de Rio dos Cedros; do senhor Paulo Roberto Weiss, prefeito do município de Rodeio; do
18 senhor Jorge Augusto Krüger, prefeito do município de Timbó; do senhor José Rafael Corrêa, diretor
19 executivo da AMMVI, além de demais interessados, conforme registro de presença. Após declarada
20 aberta a assembleia, com a constatação do quórum estatutário, deu-se início à reunião e foi
21 apresentada a Ordem do Dia, composta pelos seguintes itens: 1 – Leitura e votação da ata da
22 assembleia anterior; 2 – Vedações Ano Eleitoral; 3 – Saneamento (decisão Justiça Federal, Estudo
23 Técnico Socioambiental); 4 – Região Metropolitana (Planejamento Regional); 5 – Criação da
24 Agência de Energia; 6 – Assinatura Convênio AMMVI/FURB/IMREDD; 7 – Propostas de reformas
25 do Governo Federal e o impacto nos municípios; 8 – Projeto Recuperar; 9 – Diretoria da AMMVI
26 2020; 10 – Assuntos Gerais. Tratando do item um, foi confirmado o recebimento antecipado da ata
27 pelos prefeitos, que foi encaminhada para aprovação por correio eletrônico, e não havendo
28 manifestações, esta foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o presidente da AMMVI passou a
29 palavra ao senhor Marcos Fey Probst, assessor jurídico da AMMVI, o qual cumprimentou a todos e
30 citou a Lei nº 9.504/1997, que estabelece normas para as eleições e traz diversas condutas vedadas
31 durante o ano eleitoral. Em seguida, apresentou as principais vedações aplicáveis para o período
32 eleitoral de 2020, no que tange a distribuição gratuita de bens ou valores, gastos com publicidade
33 institucional, repasse de recursos da União e do Estado, bem como contratações e demissões, sanando
34 algumas dúvidas dos prefeitos que surgiram durante as explicações. Com a palavra, o senhor José
35 Rafael Corrêa também comentou sobre a questão do uso de equipamentos, materiais e veículos
36 públicos, principalmente celulares e computadores. Novamente com a palavra, o senhor Marcos Fey
37 Probst corroborou sobre a questão de uso dos veículos da prefeitura, dos celulares, e também a
38 participação dos servidores em eventos e campanhas eleitorais, principalmente os cargos
39 comissionados. Por fim, o Presidente agradeceu pelas explicações, e informou que o material
40 apresentado será enviado aos prefeitos. Passando ao item três da pauta, foi dada a palavra ao senhor
41 José Rafael Corrêa, o qual comentou sobre um ofício do Ministério Público Federal recebido por
42 volta dos anos 2000, questionando sobre a questão do saneamento na região do Médio Vale do Itajaí,
43 e que à época foi realizada uma reunião para tratar do tema. Citou ainda que desde 2010 a AMMVI
44 vem trabalhando com base nos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) assinados com o
45 Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) nesta área, e informou que nesta semana foi emitida
46 sentença pelo juiz federal Adamastor Nicolau Turnes, colocando, entre outros, os catorze municípios

REC. FIRMAS
19 - TBNNU

APIÚNA - ASCURRA - BENEDITO NOVO - BLUMENAU - BOTUVERÁ - BRUSQUE - DOUTOR PEDRINHO
GASPAR - GUABIRUBA - INDAIAL - POMERODE - RIO DOS CEDROS - RODEIO - TIMBÓ

47 da região como réus, e dando prazo para conclusão de obras de esgotamento sanitário. Com a palavra,
48 o senhor Marcos Fey Probst comentou que esta sentença refere-se a uma ação civil pública de 2008,
49 estão listados os cinquenta municípios da bacia do rio Itajaí, sem incluir prestadores de serviço como
50 a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) ou Serviços Autônomos Municipais de
51 Água e Esgoto (SAMAE), e que o juiz determinou a universalização do esgotamento sanitário em um
52 prazo de dez anos. Comentou sobre a decisão e o que foi exigido dos municípios, e sugeriu utilizar a
53 mesma base de argumentação para a defesa, tanto para Blumenau que foi citada separadamente na
54 decisão, como para os outros municípios da região. Tomando a palavra, o senhor Paulo Roberto Weiss
55 sugeriu também alinhar isso com as Associações que englobam os outros municípios citados.
56 Novamente com a palavra, o senhor Marcos Fey Probst disse acreditar na possibilidade de reversão
57 da decisão, pois há pontos conflitantes com base na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro
58 (LINDB). Com a palavra, a senhora Simone Gomes Traleski, assessora de saneamento e meio
59 ambiente da AMMVI, informou que entrou em contato com o senhor Leonardo Todeschini, promotor
60 de justiça regional do MPSC, e este informou que não tinha conhecimento deste processo, que perante
61 sua promotoria os TACs continuam vigentes, e que é importante manter a priorização deste tema.
62 Após discussão entre os prefeitos, ficou acordado que será feita uma reunião com os procuradores
63 dos quatorze municípios e com o senhor Leonardo Todeschini, para que seja discutido o embargo da
64 decisão, e assim elaborar um recurso. Dando sequência à pauta, o senhor Mário Hildebrandt
65 relembrou sobre o grupo de trabalho que foi criado para tratar sobre a questão da região metropolitana,
66 e que foi solicitado um parecer ao senhor Marcos Fey Probst para apresentar os seus impactos nos
67 municípios. Na sequência, passando ao item quatro, foi dada a palavra ao assessor jurídico da
68 AMMVI, o qual apresentou algumas características da região metropolitana, citando que o Estado
69 passa a ter domínio sobre algumas competências dos municípios, como transporte público,
70 saneamento e parcelamento do solo. Argumentou ainda que a região metropolitana é importante
71 quando não há interlocução entre os municípios, mas não é o caso do Médio Vale do Itajaí. Por fim,
72 citou que é necessário analisar o tema de forma muito cautelosa, que é preciso verificar se há garantia
73 de investimentos e repasse de recursos do Estado caso a região metropolitana seja implantada, e é
74 preciso levar em consideração toda a estrutura de consórcios e trabalho em equipe que já é feito entre
75 os municípios. Citou ainda que as regiões metropolitanas instituídas há alguns anos no Estado não
76 tem tantas competências definidas em lei, apenas a da grande Florianópolis está nos novos moldes.
77 Tomando a palavra, o senhor José Rafael Corrêa complementou que foi realizada uma reunião com
78 a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa), onde ficou bem claro que o controle
79 sobre as regiões metropolitanas é do Estado; comentou sobre a adequação da lei ao Estatuto da
80 Metrópole, e ainda sobre a aplicação efetiva da Lei, pois para algumas questões se considera que os
81 municípios estão em região metropolitana, mas para outras não. Novamente com a palavra, o senhor
82 Mário Hildebrandt comentou que atualmente esta não é a melhor opção para os municípios, tendo em
83 vista que os consórcios já atuam sobre as demandas necessárias, então sugeriu que o tema seja tratado
84 novamente na próxima Assembleia para posicionamento oficial. Em seguida, foi dada a palavra à
85 senhora Simone Gomes Traleski, a qual informou que foram finalizados os estudos técnicos
86 socioambientais dos municípios, e que a entrega oficial será no dia vinte de novembro, na sede da
87 AMMVI, solicitando que cada município envie um representante para recebê-lo. Disse ainda que
88 estão previstos treinamentos para o próximo ano para aplicação do referido estudo, e que deve-se
89 atentar para a questão do monitoramento da ocupação das áreas de preservação permanente (APP).
90 Passando ao item cinco da pauta, o presidente passou a palavra ao senhor Marcos Fey Probst
91 novamente, o qual relembrou acerca da cooperação que o município de Blumenau tem com a cidade
92 alemã de Weingarten, onde há uma agência que realiza fomento para alocação de recursos para o

REC. FIRMAS
1º TRIMESTRE

APIÚNA - ASCURRA - BENEDITO NOVO - BLUMENAU - BOTUVERÁ - BRUSQUE - DOUTOR PEDRINHO
GASPAR - GUABIRUBA - INDAIAL - POMERODE - RIO DOS CEDROS - RODEIO - TIMBÓ

93 desenvolvimento de fontes de energia renovável. Diante disto, o município de Weingarten
94 disponibilizou recursos a fundo perdido para viabilizar a implantação de uma agência nos mesmos
95 moldes aqui em Blumenau, e foi necessário verificar como ela pode ser criada, tendo em vista que já
96 foi aprovada a parceria em Assembleia anterior, e inclusive a cessão de espaço na AMMVI para
97 instalação desta agência, a fim de atender não só Blumenau, mas todos os municípios da região.
98 Diante disto, o senhor Marcos Fey Probst explanou algumas opções para formalização desta agência,
99 sendo a primeira a criação de uma nova Associação Civil, sem fins lucrativos, nos termos do Código
100 Civil, tendo como associados o Município de Blumenau e a própria AMMVI. Outra opção seria
101 viabilizar a cooperação através do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí (CIMVI),
102 mediante programa específico dentro do consórcio público. Neste cenário, Blumenau se consorciaria
103 e seria desenvolvido um contrato de programa específico entre o CIMVI e Blumenau para execução
104 dessa cooperação internacional. Outros formatos possíveis seriam: criar um novo consórcio público
105 de direito privado para exercer atividades econômicas; o município de Blumenau criar uma autarquia,
106 empresa pública ou fundação pública; ou ainda realizar uma parceria direta entre a AMMVI e a
107 Agência de Weingarten, para execução parcial do objeto da cooperação. Tomando a palavra, o senhor
108 Mário Hildebrandt comentou que já havia sido previamente aprovada a opção da parceria da AMMVI
109 neste projeto com a cidade de Weingarten. Citou ainda que há algumas modificações a serem feitas,
110 e propôs a criação de um cargo dentro da AMMVI, cujo reembolso de despesas será feito com o
111 recurso recebido da Alemanha. Complementou ainda que, na opção para criação de um consórcio,
112 seriam necessários no mínimo três municípios, o que é inviável atualmente. Diante disto, citou que a
113 melhor opção seria fazer o ingresso no CIMVI para dar andamento ao projeto por lá, e que durante
114 as tratativas para adesão de Blumenau ao consórcio, será firmada parceria entre a Prefeitura de
115 Blumenau e a AMMVI, para execução provisória e parcial da parceria internacional celebrada com a
116 cidade de Weingarten. Para isso, propôs que seja aprovada a criação do cargo, e que se dê os
117 encaminhamentos para o ingresso de Blumenau no CIMVI. Tomando a palavra, o senhor José Rafael
118 Corrêa sugeriu que a aprovação do cargo entre na pauta da próxima Assembleia, e que se verifique
119 com os responsáveis no município de Weingarten se eles aprovam a criação da agência no formato
120 sugerido. Dando seguimento à pauta, no item seis, o presidente informou que o documento está
121 pendente de análise na FURB, então o tema será abordado na próxima Assembleia. Passando ao item
122 sete, foi dada a palavra ao senhor José Rafael Corrêa, que comentou sobre o Plano Mais Brasil que
123 foi enviado à Câmara dos Deputados, que inclui as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) nº
124 186/2019 (Emergencial), nº 187/2019 (Revisão dos Fundos) e nº 188/2019 (Pacto Federativo),
125 citando os impactos que podem ser gerados aos municípios, tanto positivos quanto negativos.
126 Informou ainda que será feita uma análise mais aprofundada das mudanças para ser apresentada aos
127 prefeitos, pois há muitos detalhes importantes que devem ser levados em consideração. Com a
128 palavra, o senhor Mário Hildebrandt reiterou a importância de analisar estas propostas de mudança,
129 e o senhor Paulo Roberto Weiss questionou sobre o acompanhamento da Reforma Tributária pela
130 Confederação Nacional dos Municípios (CNM), ao qual o presidente informou que o
131 acompanhamento tem sido feito, e que é necessário manter-se informado sobre estas pautas. Tomando
132 a palavra, a senhora Simoni Mércia Mesch Nones comentou sobre a questão da extinção dos
133 municípios com menos de 5.000 habitantes, e o prefeito Ércio Kriek citou que os municípios, mesmo
134 pequenos, conseguem trabalhar muito bem, e que caso seja feita manifestação, que seja no sentido de
135 diminuir a estrutura da máquina pública, e não de extinguir municípios. Tomando a palavra, a senhora
136 Simoni Mércia Mesch Nones argumentou que a estrutura dos governos Estadual e Federal que devem
137 diminuir, e que se aumente a eficiência. Dando seguimento, o presidente antecipou o item nove da
138 pauta, comentando que na última reunião da Diretoria Executiva da AMMVI foi discutido sobre a

REC. FIRMAS
22/08/2019

139 eleição da nova Diretoria para 2020, onde foi sugerido estender o mandato atual, tendo em vista que
140 a nova Diretoria não pode ser composta por prefeitos que vão à reeleição, e alguns prefeitos ainda
141 não terão definição quanto a este tema no mês de dezembro, quando está prevista a eleição da
142 Diretoria. Foi dada então a palavra ao senhor Marcos Fey Probst, o qual explanou que devido ao ano
143 eleitoral, a legislação exige que o prefeito concorrendo à reeleição se afaste de cargo de Diretoria das
144 associações de municípios, mas salientou que isso não se aplica para os consórcios públicos. Citou
145 que este afastamento deve ocorrer no mínimo quatro meses antes do pleito eleitoral, e que o Estatuto
146 da AMMVI estabelece que haja alteração da Diretoria anualmente, então em anos eleitorais é feito
147 um ajuste de acordo com a necessidade para que não sejam eleitos prefeitos que precisarão se afastar
148 posteriormente. Citou ainda que não há nenhum impedimento de prorrogar a Diretoria atual, salientou
149 que quem for concorrer à reeleição para prefeito não poderá estar na Diretoria eleita, e que a decisão
150 de prorrogar ou não os mandatos atuais cabe exclusivamente aos prefeitos. Tomando a palavra, o
151 presidente questionou se os prefeitos aceitam estender o mandato da Diretoria atual, e não havendo
152 posições contrárias, ficou acordado que a eleição da nova Diretoria será realizada em 2020,
153 mantendo-se então conforme segue: Presidente – Mário Hildebrandt, prefeito de Blumenau,
154 brasileiro, casado, administrador, RG nº 2.335.061, Órgão Emissor SSP/SC, Data de Expedição
155 13/09/2018, CPF nº 674.916.349-15, domiciliado e residente na rua Wilhelm Grosskreutz, nº 423,
156 CEP: 89042-010, Blumenau/SC; Vice-Presidente Institucional – Simoni Mercia Mesch Nones,
157 prefeita de Doutor Pedrinho, brasileira, casada, administradora, RG nº 1.848.690, Órgão Emissor
158 SSP/SC, Data de Expedição 02/09/2013, CPF nº 682.523.159-68, domiciliada e residente na rua
159 Aderbal Ramos da Silva, nº 321, CEP: 89.126-000, Doutor Pedrinho/SC; Vice Presidente de Políticas
160 Públicas – Jean Michel Grundmann, prefeito de Benedito Novo, brasileiro, casado, advogado, RG nº
161 4.682.051, Órgão Emissor SSP/SC, Data de Expedição 03/02/2017, CPF nº. 043.897.169-80,
162 domiciliado e residente na Estrada Geral Ribeirão Liberdade, s/nº, CEP: 89124-000, Benedito
163 Novo/SC; Vice-Presidente de Articulação Política – Jorge Augusto Krüger, prefeito de Timbó,
164 brasileiro, solteiro, empresário, RG nº 4.365.094, Órgão Emissor SSP/SC, Data de Expedição
165 27/01/2010, CPF nº 006.107.339-31, domiciliado e residente na rua São Paulo, nº 764, CEP: 89.120-
166 000, Timbó/SC; Tesoureiro – Ércio Kriek, prefeito de Pomerode, brasileiro, casado, empresário, RG
167 nº 2.026.174, Órgão Emissor SSP/SC, Data de Expedição 21/11/2017, CPF nº 605.728.259-00,
168 domiciliado e residente na rua Itália, nº 07, CEP: 89.107-000, Pomerode/SC. Tomando a palavra, o
169 senhor José Rafael Corrêa salientou que é importante verificar as datas do calendário eleitoral que
170 será divulgado em dezembro, para que não se perca nenhum prazo. Retomando a pauta, no item oito,
171 foi dada a palavra ao diretor executivo da AMMVI, o qual lembrou acerca das tratativas feitas com
172 o governo do Estado, do levantamento feito nas rodovias estaduais que passam pelos municípios da
173 região, bem como acerca da reunião realizada com o Secretário de Estado. Informou que foi
174 encaminhada em setembro uma proposta com alterações no convênio a ser firmado, tanto para a
175 Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE) como para a Casa Civil, porém não houve
176 manifestações, então no dia seis de novembro foi enviado ofício solicitando posicionamento, o qual
177 também não obteve resposta. Citou ainda que em alguns lugares já estão sendo iniciadas obras
178 oriundas do Projeto Recuperar, e que é necessário verificar o posicionamento dos prefeitos para
179 definir o que será feito. Tomando a palavra, o senhor José Luiz Colombi comentou sobre a
180 problemática enfrentada na rodovia que cruza o município de Botuverá, e que é necessário definir
181 esta questão nesta Assembleia. Foi dada a palavra ao senhor Fernando Tomaselli, diretor executivo
182 do CIMVI, o qual comentou que após a reunião com o Secretário de Estado, o trabalho avançou com
183 o cadastramento da proposta, inclusão no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
184 (SIGEF), porém lembrou que o pagamento estava previsto em quatro parcelas, que à época

185 correspondiam aos quatro últimos meses do ano. Citou ainda que há alguns prefeitos interessados em
186 assinar o convênio, e que no CIMVI há municípios de outras associações que também aguardam
187 posicionamento acerca da questão. Disse ainda que o consórcio vai atender dois ou mais municípios
188 que tenham interesse em aderir ao projeto, e que será feito contrato de rateio com estes municípios
189 para custear a parte operacional do projeto no CIMVI. Salientou também sobre a responsabilidade a
190 ser assumida pelos municípios, sobre a insuficiência dos recursos a serem repassados, e que cabe aos
191 prefeitos deliberarem sobre a adesão. Após discussão entre os prefeitos, ficou acordado que esta
192 discussão não será mais pauta da Assembleia da AMMVI, e sim que isto será decidido através do
193 CIMVI, onde os municípios interessados devem se manifestar até a próxima semana para que seja
194 agendada reunião com o Governo do Estado. Passando aos assuntos gerais, foi dada a palavra ao
195 senhor José Rafael Corrêa, que comentou sobre a previsão de valores do Fundo de Participação dos
196 Municípios (FPM), que é de 1% para dezembro, o que pode trazer um valor de quase
197 R\$12.500.000,00 para a região. Também comentou sobre os repasses da cessão onerosa, cuja
198 estimativa de valor é de quase R\$14.500.000,00 para a região, e que há previsão de parte do valor ser
199 repassado no dia trinta de dezembro do corrente ano. Ainda em assuntos gerais, o senhor Jean Michel
200 Grundmann convidou a todos para participarem da Festa das Tradições, que será realizada do dia
201 quatorze ao dia dezessete de novembro em Benedito Novo. O presidente também estendeu o convite
202 a todos para participarem da abertura do Magia de Natal, que será no dia quatorze de novembro, bem
203 como para a abertura dos Jogos Escolares da Juventude, que será no dia dezesseis do corrente mês,
204 ambos em Blumenau. Por fim, nada mais havendo a tratar, o presidente declarou encerrada a
205 assembleia, e para constar, eu, Giovana Peron, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada,
206 será assinada por mim, pelos representantes da Diretoria, pelo diretor executivo, e pelo assessor
207 jurídico da AMMVI.

13 ABR. 2020

REC. FIRMAS
1º TBNNU

Mário Hildebrandt
Presidente
Prefeito de Blumenau

José Rafael Corrêa
Diretor Executivo

Ercio Kriek
Tesoureiro
Prefeito de Pomerode

Alexandre Carvalho Brigido
Assessor Jurídico OAB/SC 20.137

Giovana Peron
Giovana Peron
Secretária Executiva

208